



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Comitê de Gestão de Imóveis

ATA DE REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO COMITÊ/COMISSÃO/GRUPO

Nome: Comitê de Gestão de Imóveis

Coordenador: Desembargador Paulo José Ribeiro Mota

2. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO

Data: 06/05/2021

Hora: 11h00

Plataforma utilizada: Zoom

3. PARTICIPANTES

Nome	Lotação
Des. Paulo José Ribeiro Mota	Coordenador
Rômulo Borges Araújo	Diretoria Geral da Administração
Ronaldo Mendes Marinho	Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial
Luis Carlos de Paula Reseck	Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial
Saulo Mazzer Bossolan	Assessoria Jurídico-Administrativa do TRT 2ª Região
José Américo Zampar Júnior	Assessoria Jurídico-Administrativa do TRT 2ª Região

4. PAUTA

- Planejamento de obras para 2021.

5. DISCUSSÕES

O Desembargador Paulo Mota cumprimentou a todos e iniciou a reunião, passando a palavra ao Diretor da SILAP.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Comitê de Gestão de Imóveis

OSASCO

Marinho pontuou acerca da situação do prédio localizado na Praça Marquês do Herval, em Osasco, que se trata do imóvel em piores condições entre os ocupados por esta Justiça e que é utilizado atualmente somente em atividades de apoio, como arquivo e depósito de materiais. Conforme proposição no âmbito deste Comitê, avalia-se sua devolução à Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Para tanto, seriam necessários investimentos no imóvel, o que se busca evitar com a destinação direta para alguma instituição que demonstre interesse.

Inicialmente, o Ministério Público assim se manifestou, mas desistiu de sua ocupação. Atualmente, TRE e Polícia Militar estudam a possibilidade de ocupar o imóvel. As condições atuais favorecem invasões no prédio, como a registrada há pouco tempo, com o furto do cabeamento, das mangueiras de incêndio e estragos na casa de máquinas do elevador.

EDIFÍCIO-SEDE

Marinho relatou que serão necessárias intervenções no imóvel, inclusive relacionadas à segurança do imóvel, entre elas:

- recuperação do sistema de hidrantes, que está inoperante;
- abertura de paredes no subsolo, por exigência do Corpo de Bombeiros, viabilizando a manutenção das áreas administrativas e técnicas no local;
- aquisição de nobreaks, ao custo de cerca de R\$ 2.000.000,00. Estes alimentam o CPD (sala cofre) que dá suporte ao PJE;
- modernização do balancim, que está inoperante;
- substituição dos corrimãos entre o 22º e o 24º andares que têm aberturas bem ampla, constituindo item de segurança, necessário à emissão do AVCB.

FÓRUM RUY BARBOSA

Marinho informa que:

- o projeto de readequação do Fórum Ruy Barbosa, previsto no plano de obras, precisa ser remanejado para 2022, por conta da pandemia e atraso na aprovação da lei orçamentária;
 - Houve atraso na entrega do projeto de acessibilidade, contratado do arquiteto Décio Tozzi, com possibilidade de haver algum impacto no cronograma dessa obra também;
- Rômulo asseverou que o CSJT não tem autorizado a inclusão de obras no orçamento, salientando que a reestruturação do subsolo estaria fora, enquanto a reforma do balancim seria mantido. Lembrou que o orçamento teve um aumento de 2,5% enquanto os contratos de 4,5%.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Comitê de Gestão de Imóveis

Desembargador Paulo Mota informa que seria realizada reunião com o Desembargador Álvaro Noga, da Comissão de Acessibilidade e Inclusão para informá-lo sobre as questões que afetam as obras de acessibilidade, destacando que o Tribunal tem obra essencial para executar na Sede e que o projeto do Ruy Barbosa pode ficar mais para frente.

ITENS DIVERSOS

Sobre as limitações orçamentárias Marinho pontuou que poderiam ser repensadas as prioridades, lembrando que seriam necessários mais R\$ 15.000.000,00 para a realização de todos os projetos do exercício. Desembargador Paulo Mota questionou se a aquisição dos nobreaks pode ser adiada por um ano ou se pode ser feita parcialmente, ao que Marinho respondeu que adiar a substituição pode impactar, entre outros serviços, o próprio PJE. O Desembargador Paulo Mota ponderou que, nesse contexto, a aquisição é prioritária.

Rômulo afirmou que Marinho pode retirar da planilha o que for possível, tratando o restante com o Desembargador Presidente, a fim de estipular as prioridades. Luís citou que no Plano de Obras constam painéis solares, item que não seria necessário nesta época, acrescentando que os banheiros acessíveis são muito mais importantes.

Rômulo sugeriu reunião com Dr. Vidigal sobre o que deve ser priorizado em vista do valor disponível. Luis sugeriu, caso não seja possível executar a acessibilidade do Fórum Ruy Barbosa, manter as obras de acessibilidade dos demais prédios. Desembargador Paulo Mota, por sua vez, sugeriu estudar com o Desembargador Álvaro Noga as prioridades dos demais prédios.

Marinho pontuou que foi realizado estudo no Fórum de Guarulhos, que ocupa dois prédios a fim de verificar a possibilidade de ocupar somente um prédio, reduzindo despesas, mas isso se mostrou inviável.

CUBATÃO

Marinho sugeriu encontrar outro prédio para o Fórum de Cubatão, sendo que o prédio atual tem locação cara (R\$ 130.000,00), é superdimensionado e de localização ruim. Propôs transferir a CEJUSC instalado no imóvel para o Fórum de Santos. Desembargador Paulo Mota disse não ver inconveniente na transferência, sugerindo conversar com Dra. Tânia acerca da proposição.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Comitê de Gestão de Imóveis

ZONA SUL

Marinho informou que o Fórum da Zona Sul, ainda que com ampla reforma de lógica, elétrica e área interna, poderia ocupar apenas um prédio, caso fosse realizada redução de espaço das Varas, possibilitando a renegociação do valor da locação. O Desembargador Paulo Mota salienta que renegociação sempre se pode fazer, entretanto, pela incerteza sobre a continuidade das audiências remotas pós-pandemia, não é o momento de executar obras grandes, solicitando que fossem realizados estudos para eventual mudança, se vantajosa.

GUARUJÁ

Marinho relatou episódio de assalto no caixa eletrônico instalado no Fórum do Guarujá, havendo um pedido do BB para instalação de novo equipamento, salientando que o melhor seria a retirada do equipamento, afastando esse risco. Desembargador Paulo Mota sugeriu realizar consulta ao público interno sobre a fim de verificar se desejam ou não a instalação de caixa eletrônico nas dependências da unidade.

O Exmo. Desembargador Coordenador autorizou o prosseguimento das questões como apresentadas. E por fim, o Exmo. Desembargador encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

6. ENCAMINHAMENTOS

Ação/medida a ser tomada	Responsável	Data
Detalhar as obras previstas na próxima reunião , para posteriormente Dr. Paulo Mota apresentar ao Exmo Desembargador Presidente do TRT2	Marinho	
Agendar reunião com Dr. Vidigal	Rômulo	

7. FECHAMENTO

Data, hora e local da próxima reunião: na próxima semana, em horário e data a definir.

8. ASSINATURA

Nome	Assinatura
Desembargador Paulo José Ribeiro Mota	